

## *O princípio da sustentabilidade e sua implementação na Alemanha*

Prof.Dr.Markus Vogt, Ludwig Maximilians Universität München (LMU)

As considerações que se seguem abordam questões referentes ao conteúdo normativo da sustentabilidade. Há sete dimensões envolvidas que, a meu ver, são imprescindíveis a um entendimento consistente do que vem a ser sustentabilidade: 1. Dimensão ecológica / Silvicultural; 2. Dimensão política; 3. Dimensão da Teoria de Justiça; 4. Dimensão socioeconômica; 5. Dimensão democrática; 6. Dimensão cultural; 7. Dimensão teológica.

Minha apresentação tem também um propósito crítico: a meu ver, existem, hoje, em todo o mundo, interpretações fundamentalmente equivocadas em todas aquelas dimensões, o que, em parte, é responsável pelo impasse a que se chegou dentro do discurso ambiental e sobre o desenvolvimento, nos últimos anos, fazendo com que o termo “sustentabilidade” caísse em descrédito por parecer demasiado abrangente e desprovido de conteúdo, usado indiscriminadamente para rotular qualquer coisa. O objetivo de minha palestra é contribuir para “salvar o conceito” de sustentabilidade, diferenciando-o da banalização que resultou de seu uso indiscriminado.

Além disto, apresento também uma visão norteadora para o desenvolvimento da ética social católica: até o momento, a questão ambiental ainda não foi implantada nesta ética de forma sistemática nem foi suficientemente associada à questão social. Por esta razão, as exortações cristãs para que se assumam responsabilidades pela Criação costumam ser ineficazes do ponto de vista político. Para superar esta deficiência, seria imprescindível situar a sustentabilidade como quarto princípio social dentro da doutrina social cristã (ao lado de personalidade, solidariedade e subsidiaridade). A inculturação do Evangelho nas estruturas econômicas e sociais e a globalização da solidariedade não serão viáveis nos dias de hoje sem sustentabilidade. Entretanto, para chegarmos lá, é necessário que o princípio seja desenvolvido de forma crítica e, para isto, justamente, a fé cristã poderia contribuir de forma substancial.

## 1. Dimensão ecológica: impulsos da silvicultura para o bem comum

O princípio regulador da sustentabilidade, primeiramente formulado em 1713 pelo Diretor-Geral de Serviços de Mineração da Saxônia, Hans Carl von Carlowitz, foi um produto do início do Iluminismo. Passou a desenvolver-se no contexto do Cameralismo, adquirindo deste movimento o foco no bem comum e no bem público que lhe é característico até hoje.

Carlowitz emprega o termo “sustentável” (*nachhaltig*) em contraposição ao termo “negligente” (*nachlässig*). Para ele, a sustentabilidade não é um princípio limitador passivo, mas, no contexto florestal, visa o melhor plantio e manejo de árvores em culturas robustas, adequadas ao tipo específico de solo e à demanda por carvão. Trata-se de construir o futuro de forma ativa e inovadora, não apenas de definir os limites do que é proibido ou permitido. Carlowitz, profundo admirador da filosofia natural de Spinoza, baseava suas ideias no conceito de “*natura naturans*”, isto é, da natureza como força criadora em permanente desenvolvimento. Por conseguinte, não se trata primordialmente de preservar o que existe, mas de abrir espaço às forças geradoras de vida existentes na natureza.

Aplicando o princípio da sustentabilidade de forma generalizada ao manejo dos recursos naturais, veremos que nunca será ilimitado o direito de propriedade de uma geração sobre os tais recursos, mas terá sempre o caráter de *usufruto*, um direito de apropriar-se dos frutos de algum bem, desde que fique preservada sua capacidade de produzir frutos. Como não foi o homem o criador da natureza, tampouco pode ser considerado seu proprietário. Esta idéia já foi formulada pelo filósofo liberal John Locke no século XVII. Na atualidade, esta maneira de pensar é encontrada principalmente nas religiões monoteístas que apontam Deus como único proprietário de fato da Criação. A sustentabilidade requer uma reflexão crítica do conceito de propriedade.

Portanto, desde o início, a sustentabilidade é muito mais do que uma regra de preservação aplicada ao contexto da silvicultura. Não obstante, a fórmula simples e concisa da sustentabilidade florestal é de fácil memorização e bastante adequada a um primeiro entendimento do conceito: “não derrubar mais árvores do que podem voltar a crescer”. Ou, de maneira mais genérica: “não consumir mais recursos do que é possível recompor em igual período de tempo”. Neste sentido, podemos identificar analogias bastante ilustrativas em diversas áreas,

por exemplo, no setor financeiro: “viver dos juros e não do capital principal”. Este é um parâmetro financeiro do conceito de sustentabilidade que, em tempos de crise da dívida, é cada vez mais citado (consta, por exemplo, nas “Regras de ouro para a estabilização orçamentária” de 2008 do governo federal alemão).

A essência da sustentabilidade é promover a integração da economia na cadeia ecológica dos materiais e nos ritmos temporais de forma previdente e cautelosa.

## **2. Dimensão política: Sustentabilidade como política transversal**

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992, a comunidade dos povos decidiu de comum acordo adotar os princípios do desenvolvimento sustentável e, traduzindo muita esperança e autocompromisso, inscreveram esta decisão no “Programa de Ação para o Século XXI”, conhecido como “Agenda 21”. No contexto das Nações Unidas, estava em curso uma mudança na forma de entender o conceito de sustentabilidade. A grande novidade era a relação que se estabelecia entre meio ambiente e desenvolvimento, assim como sua integração em todas as áreas da política. O “desenvolvimento sustentável” passou a ser a visão comum norteadora da cooperação global.

Reforçar sistematicamente as relações existentes em vários níveis entre fatores ecológicos, sociais e econômicos é a essência do caminho para a sustentabilidade. Sua definição habitual como “conceito baseado em três colunas” é um tanto enganosa, pois não há uma justaposição paritária das três vertentes, mas sim uma integração destas, formando uma estrutura de rede. “*Retinität*” (integração total em rede) foi o termo usado pelo Conselho de Especialistas em Questões Ambientais, em parecer de 1994, referindo-se ao conceito ético-ambiental basilar que caracteriza a sustentabilidade, ao mesmo tempo aludindo às dificuldades de controle presentes em sistemas complexos em rede. Na prática de planejamento, isto corresponde ao que muitas vezes é denominado “política transversal”.

Por trás do conceito de três colunas, encontra-se, ao mesmo tempo, uma profunda verdade e um risco fundamental: é correto que, do ponto de vista ético-político, o aspecto estratégico decisivo da sustentabilidade seja o de ampliar a perspectiva ecológica com aportes das esferas social e econômica. Só isto poderá tirar a política ambiental de seu isolamento e conseguirá transformar o comportamento reparador adotado a reboque de danos para dar lugar a um

programa baseado em objetivos, ou seja, integrá-la em projetos de desenvolvimento socioeconômico. A proteção defensiva de reservas naturais é insuficiente para compor a base conceitual da sustentabilidade.

O conceito de três colunas tampouco será corretamente compreendido se for definido como paridade entre ecologia, economia e o social. Estas são áreas totalmente diferentes que não podem ser comparadas uma a uma. Seria como comparar maçãs com peras e a conclusão de tal avaliação será sempre aleatória. Quem definir sustentabilidade como a soma de objetivos sociais, ecológicos e econômicos incorrerá no equívoco maximalista. Como praticamente não existe nada que não possa ser enquadrado em um destes três conceitos, a abrangência do termo se torna virtualmente infinita e, em consequência, pela lei da lógica, seu conteúdo seria quase nulo, já que nada delimita e define e, portanto, ficaria esvaziado de conteúdo.

Para que o conceito de sustentabilidade faça sentido, deve ser definido não como soma, mas como interação entre fatores ecológicos, sociais e econômicos. Não se trata do conjunto de todos os problemas eco-sociais e econômicos, mas sim de um raciocínio sistêmico, tendo em conta a “socialização dos problemas ambientais”.

Esta análise tem consequências relevantes para a caracterização conceitual dos processos de sustentabilidade. Quem os concebe como simples soma de aspectos ecológicos, sociais e econômicos acaba se perdendo em terreno pouco definido e com infundáveis possibilidades de expansão. Esta problemática também pode ser observada com muita clareza no discurso da sustentabilidade em curso na Alemanha.

### **3. Dimensão da Teoria da Justiça: Responsabilidade global e entre gerações**

O conceito de sustentabilidade cunhado na Conferência do Rio de Janeiro não segue uma lógica de argumentação especificamente ecológica. Em vez disto, ao ampliar o sentido de justiça, baseia-se em uma dimensão de alcance mundial que transcende gerações (justiça global e intergerações). É uma consequência lógica da globalização, onde não há limites espaciais e temporais nas interações econômicas e sociais, tornando necessário expandir a ética da mesma maneira.

A disputa científica tem início com a pergunta se “Justiça” deve ser interpretada da mesma forma que “igualdade”. Caso a resposta seja positiva, como acontece no estudo “*Zukunftfähiges Deutschland*”<sup>1</sup>, publicado pelo Instituto Wuppertal em 1996, resultarão dois postulados éticos fundamentais: 1) iguais condições de vida para gerações futuras, 2) direitos iguais sobre recursos de acesso global. Diante das profundas diferenças de condições geográficas, culturais e históricas existentes entre os homens, tais postulados éticos se mostram extremamente problemáticos. Sloterdijk refere-se a um “socialismo natural” dos postulados de igualdade em geral.

Uma vez que nem sempre se pode calcular o futuro e não se conhecem totalmente as necessidades e habilidades dos homens de amanhã, a liberdade deveria ocupar uma posição privilegiada. Por esta razão, não é útil para nós a ideia da distribuição igualitária dos recursos entre gerações, em diversas áreas. A meta deveria ser a de legar para nossos descendentes um mundo que ainda lhes deixasse liberdade e recursos suficientes para que pudessem tomar suas próprias decisões.

Uma forma importante de verificar a situação da responsabilidade intergeracional na atualidade é a justiça do CO<sub>2</sub>. Em uma abordagem centrada nos direitos humanos, podemos concluir que o combate à pobreza deve ser sistematicamente integrado e tratado prioritariamente no âmbito da ética. Para as grandes nações industrializadas, a justiça do CO<sub>2</sub> significa que estão obrigadas a reduzir suas emissões em pelo menos 80% até o ano de 2050. No caso da Alemanha, isto representa uma redução de dez para duas toneladas per capita/ano.

Do ponto de vista científico, a justiça climática requer melhorias principalmente na base de cálculo e de informações da cadeia do CO<sub>2</sub>. Por exemplo, deve ser incluído o querosene de aviação, bem como a função de absorção exercida por florestas e solos, além de análises confiáveis das condições de funcionamento do mercado de créditos de carbono, no qual se deposita grande esperança de que provoque mudanças na sustentabilidade do suprimento de energia. No entanto, o que tem ocorrido de fato é que, nas negociações de Bruxelas, a Alemanha tem contribuído para derrubar a eficácia do mercado europeu de créditos de carbono

---

<sup>1</sup> N. T.: Em tradução livre: “Uma Alemanha apta para o futuro, sustentável”.

por terem sido concedidos créditos em excesso a um preço baixo demais, situação que ainda persiste.

#### **4. Dimensão socioeconômica: Operacionalização do princípio da sustentabilidade**

A sustentabilidade se concretiza no esforço pela preservação do “estoque de capital natural”. O debate conceitual acerca do teorema do estoque de capital natural desenvolve-se em torno de dois termos: sustentabilidade forte e sustentabilidade fraca. Esta última permite a substituição do capital natural por meio da agregação de valor ecológico, social ou econômico; já naquela isto não é possível.

O postulado da “sustentabilidade forte”, ao qual também aderiu o Conselho de Especialistas em Questões Ambientais do governo federal da Alemanha, tem importância decisiva para o entendimento do conceito em si, pois se opõe ao equivocado modelo das três colunas que predominou durante muito tempo. A suposta paridade entre as três dimensões levou quase impreterivelmente à erosão dos postulados ecológicos. Dentro do conceito de sustentabilidade forte, a preservação do estoque de capital natural só pode ser vista de forma muito restrita como algo passível de ser compensado por agregação de valor econômico. Após o evento da crise financeira, a prudência passou a ser mais necessária, pois ficou incontestavelmente claro o quanto são questionáveis as medidas de avaliação de bem-estar econômico e progresso usadas em tempos de geração virtual de dinheiro.

Contudo, há um problema metodológico. No modelo da sustentabilidade forte, o termo “recurso” representa um fato condicionante pré-social. Algo só pode ser definido como “recurso” quando houver uma perspectiva de utilização. Por exemplo, quando se inventam motores movidos a hidrogênio, o hidrogênio passa a ser um recurso. Para uma sociedade que não sabe o que fazer com o petróleo, este não seria considerado um recurso. Devido a sua relação de benefício, o termo é uma variável dependente de inovações técnicas e sociais. Através da invenção de novas e eficientes possibilidades de uso, multiplicam-se os recursos. Se isto for omitido, a sustentabilidade degenera, passando a ser um princípio passivo e limitante.

A sustentabilidade não é “forte” quando pressupõe um conceito naturalista de recursos, mas quando mantém em sua perspectiva a complexa interação entre

sistemas socioeconômicos e ecológicos, cada qual com sua própria lógica. Tendo em vista a frequência cada vez maior das crises globais, seja de mudança climática, sistema financeiro, desemprego, fome, falta regionalizada de água potável, perda de biodiversidade, extinção de estoques pesqueiros, erosão do solo e escassez de recursos naturais – apenas para citar alguns aspectos da crise múltipla de desenvolvimento neste início do século XXI – no futuro, a operacionalização do conceito de sustentabilidade deveria focar-se mais na resiliência, ou seja, lidar intensamente com processos de transformação. Os habituais modelos “win-win” (onde todos saem ganhando) entre a defesa ambiental e os benefícios econômicos muitas vezes são excessivamente otimistas e têm caminhado na direção errada. Também o *fracking*, planejado para ser realizado em grande escala na Polônia, a meu ver, é incompatível com o postulado da preservação do capital natural, em particular devido aos riscos imponderáveis que impõe aos lençóis freáticos.

### **5. Dimensão democrática: Pluralismo, participação e inovação democrática**

A adaptação de uma sociedade às condições da natureza ocorre através de uma dinâmica construtiva baseada principalmente em processos sociais de inovação e de mudança de valores culturais que, desde o início, integrem os objetivos da sustentabilidade ao contexto do desenvolvimento técnico, científico e econômico. Só acontece quando forem reconhecidas e aceitas as diferentes preferências, visões de mundo e capacidades existentes em uma sociedade pluralista. Com esta condição de abertura, o ideal do desenvolvimento sustentável não poderia constituir um objetivo com conteúdo explicitamente delineado. Trata-se muito mais de um sistema de metas com partes componentes que nem sempre podem ser correlacionadas, um sistema que oferece uma perspectiva geral voltada para o futuro, no qual, em diversas situações, se possam negociar correlações eticamente justificadas da forma mais equilibrada possível. Compõe um ideal pluralista que somente será concretizado através de uma diversidade de processos sociais de busca nos campos da economia, ciência e cultura.

A abertura que caracteriza o ideal de sustentabilidade estimula uma intensa participação da sociedade civil na construção da vida pública. Este é o ideal democrático da Agenda 21. A “democracia participativa” não é apenas o meio, mas, ao mesmo tempo, é o conteúdo fundamental do conceito de

desenvolvimento sustentável. A participação ativa na construção do ambiente de vida não pode ser decretada de cima para baixo, mas deve crescer aos poucos. Através do reconhecimento e da participação na construção de algo, prospera a responsabilidade. Por esta razão, a participação constitui parte tão essencial do princípio ético da sustentabilidade.

Atualmente, uma boa oportunidade de verificação disto se oferece no contexto das mudanças na política energética da Alemanha (“Energiewende”), um programa aprovado pelo governo federal alemão em 2011 que não terá êxito sem a participação ativa dos consumidores, pois deles depende a adoção de novos modelos de consumo e mobilidade. Será fundamental a atuação da figura do “prossumidor” de fontes renováveis de energia, ou seja, o indivíduo que é, ao mesmo tempo, produtor e consumidor de energia. Este tipo de transformação, que envolve a participação da sociedade civil, deixando para trás atitudes de protesto para dedicar-se ativamente à construção de algo – incluindo até mesmo os empresários – é parte essencial do conceito de sustentabilidade.

A sustentabilidade exige profundas inovações democráticas por meio de uma abordagem de diversos níveis, integrando práticas de sustentabilidade de grupos pioneiros, abrindo espaços para que mudanças de valores latentes possam continuar se desenvolvendo no seio da sociedade civil e fornecendo apoio estrutural consistente para a consolidação das mudanças a nível institucional.

As transformações iniciadas na sociedade polonesa, que surpreenderam todo o mundo com o movimento de rejeição ao comunismo e pelo fim da Guerra Fria, constituem, do ponto de vista das ciências políticas, o exemplo mais interessante da história capaz de nutrir esperanças por uma nova “grande transformação” em direção a uma sociedade sustentável.

A ideia do cidadão responsável e consciente, que se manifesta através de sua participação ativa na construção de iniciativas de sustentabilidade deflagradas em iniciativas locais e concretas, já é uma realidade social, existindo não apenas como postulado moral e político, mas no seio do movimento mundial pela transição (*transition movement*). Somente na Alemanha, calcula-se que pertencem a este movimento mais de 120 grupos e iniciativas. Seu fundador, Rob Hopkins, ao fazer um balanço atual, evoca seu slogan, que é bastante elucidativo: “Simples. Agora. Fazer. Como tomar nosso futuro nas nossas próprias mãos.”



Na visão do Conselho Consultivo Científico do Governo Federal da Alemanha para Mudanças Ambientais Globais (WBGU)<sup>2</sup>, a conscientização é parte essencial e força motriz do desenvolvimento sustentável. Afirma este que a educação transformadora é que promove o entendimento sistêmico das alternativas de ação e possibilidades de solução. A importância do que hoje representa a “competência transformadora” (“*transformative literacy*”) pode ser comparada à técnica cultural mais fundamental, que é saber ler e escrever, um pré-requisito essencial para o indivíduo poder participar em uma sociedade como ser consciente e responsável no mundo moderno. O primeiro lugar onde ensaiamos tal competência moral e a disposição para assumir responsabilidades é a família (João Paulo II).

## **6. Dimensão cultural: estilo de vida e um novo modelo de bem-estar**

A sustentabilidade não significa tão somente a existência de um programa técnico social que visa à preservação de recursos naturais; vai muito além e demonstra também a existência de uma nova orientação ético-cultural. O paradigma contemporâneo de progresso, de crescimento irrestrito, precisa ser substituído pela visão de desenvolvimento integrado aos ciclos de materiais e ao ritmo de tempo da natureza. De agora em diante, devemos nos referir a “progresso” apenas quando se tratar de algo que esteja condizente com as condições impostas pela natureza.

A sustentabilidade significa uma nova definição das condições, limites e metas do progresso. Ao invés de “mais rápido, mais alto e mais longe”, os novos e principais parâmetros para o desenvolvimento da sociedade e o respectivo planejamento político passaram a ser a garantia da estabilidade ecológica, social e econômica dos ambientes de vida do homem e a cautela na prevenção de riscos. É no setor de energia que encontramos a maior urgência por ação ecológica e o maior potencial de economia de recursos financeiros na construção de um novo modelo de bem-estar pós-fóssil e pós-nuclear. (Governo Federal da Alemanha, 2010). O mais importante é estabelecer a conexão entre técnicas inovadoras, otimização da organização e mudanças no comportamento individual, o que, por sua vez promoverá a interligação de três estratégias:

---

<sup>2</sup> N. T.: Sigla de “*Wissenschaftlicher Beirat der Bundesregierung - Globale Umweltveränderungen*”.

suficiência (parcimônia), eficiência (otimização técnica) e substituição (fontes renováveis de energia, ao invés de fósseis, para a geração de energia).

A sustentabilidade não aceita que objetivos meramente econômicos determinem os ideais culturais de “vida boa”. A “cultura da sustentabilidade” reconhece a proteção da natureza como dever cultural e integra a qualidade do meio ambiente como valor fundamental na definição de bem-estar nos aspectos cultural, social, econômico e na política de saúde. São a expressão da redescoberta da ética da moderação. Na esfera social, visam a um novo modelo ecológico de bem-estar. Um estilo de vida sustentável não tem como objetivo a renúncia ao bem-estar, mas almeja estruturas inteligentes de uso e proteção dos recursos naturais e de distribuição que atendam ao maior número possível de pessoas, inclusive as gerações futuras. Produtos de longa durabilidade que possam ser consertados ao invés de descartados, qualidade através da prestação de serviços customizados e a utilização conjunta de bens são medidas que estimulam o emprego, preservam recursos e frequentemente poupam dinheiro.

Um erro na concepção de muitos modelos de sustentabilidade é atribuir as escolhas referentes ao estilo de vida e de consumo apenas à esfera da vida privada. É fato que esta não pode ser controlada ou dirigida diretamente pelos governos, e nem deve. No entanto, as decisões particulares dos consumidores estão sujeitas a diversas influências e coações estruturais, que podem muito bem ser modificadas. Por esta razão, o modelo da economia eco-social de mercado, defendido pelas igrejas enfaticamente desde 1985, por exemplo, é a necessária expressão político-econômica do conceito de sustentabilidade. Somente será possível modificar modelos de consumo já arraigados promovendo transformações na dinâmica entre oferta e procura.

Muitas vezes, a sustentabilidade é apresentada meramente como uma “maquiagem verde” aplicada em modelos de desenvolvimento e crescimento ultrapassados. Esta é uma das principais razões pelas quais a credibilidade do conceito está um tanto prejudicada. Modéstia e moderação no estilo de vida dos países ricos bem como das classes mais abastadas em países emergentes e em desenvolvimento são fatores conceituais imprescindíveis à viabilização da sustentabilidade. No entanto, até hoje, o incômodo elemento da suficiência recebeu pouco destaque na retórica política e econômica da sustentabilidade. Prefere-se falar em “economia verde” e “crescimento sustentável”, conforme consta na Estratégia Alemã de Sustentabilidade de 2011 do governo federal e

nas formulações da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável realizada no Rio de Janeiro em 2012.

A necessária transição de valores adequados a modelos sustentáveis de consumo, produção, mobilidade e estilo de vida não irá ocorrer a partir de apelos morais à renúncia. Muito mais do que isto, é necessária uma transformação cultural dos ideais de vida boa e bem sucedida. Uma importante dimensão desta transformação cultural em direção à sustentabilidade bastante discutida atualmente é a redescoberta do valor da pátria e do enraizamento no próprio ambiente de vida. Isto faz com que brotem movimentos regionais e novas formas de corresponsabilidade dos cidadãos em nível local.

### **7. Dimensão teológica: Fé na Criação e sustentabilidade**

O Worldwatch Institute de Washington parte do princípio de que a “mudança de rumo” da sociedade mundial em direção a um desenvolvimento sustentável somente poderá tornar-se realidade se as religiões assumirem intensamente sua corresponsabilidade. Os potenciais específicos da religião residem na orientação espiritual, na ética de longo prazo, na formação de uma comunidade global, na atribuição ritual de sentido e na ancoragem deste em instituições. Por enquanto, tudo isto ainda se encontra ativado de forma muito tímida. Em outras palavras: o discurso da sustentabilidade é produtivo em termos religiosos, na medida em que formula questões fundamentais acerca de um futuro de longo prazo e da responsabilidade global, questionando também, por conseguinte, as religiões de forma crítica quanto a sua contribuição no manejo desta problemática. Sendo a instituição mais antiga em nosso planeta, a Igreja tem uma missão especial na defesa da justiça global e intergeracional. Não obstante, cuidar da relação entre responsabilidade pela Criação e sustentabilidade tem-se mostrado um processo de aprendizado bastante árduo até mesmo para as igrejas. Da mesma forma que, por muitos séculos, o conceito cristão de caridade foi entendido apenas na sua dimensão ética de virtude e somente tornou-se eficaz politicamente quando foi correlacionado ao princípio da solidariedade, a fé na Criação precisa ser traduzida em categorias de ordem ética, a fim de tornar-se eficaz politicamente e produzir efeitos jurídicos, refletindo-se de maneira concreta nas estruturas de organização da sociedade e nas decisões da política econômica.

Por isto, hoje, a sustentabilidade deveria ser inserida na ética cristã como o quarto princípio social. A democracia livre não se baseia apenas nos valores ou

princípios sociais da personalidade, solidariedade e subsidiaridade, mas também no princípio da sustentabilidade. Este é o imperativo categórico da responsabilidade contemporânea pela Criação. Para os cristãos, o conceito pode e deve servir para traduzir os impulsos da fé naquelas esferas de ação que se dedicam a estruturar o futuro. Se acompanharmos o pensamento de João Paulo II de que os cristãos têm uma vocação ecológica, podemos afirmar que hoje se encontram no caminho da sustentabilidade.

Durante a Conferência de 2012, no Rio de Janeiro, alguns países latino-americanos deram uma interessante contribuição ao significado político da dimensão religiosa de sustentabilidade. Entre estes o Peru, que, tomando por base o conceito pré-colombiano de natureza, inseriu em sua Constituição a defesa da “Mãe Terra”, cobrando uma nova orientação ética, inclusive na política internacional. O *Institute for Advanced Sustainability Studies* (IASS), fundado sob a direção de Klaus Töpfer em Berlim-Potsdam, está empenhado, no contexto de debates científicos e políticos, em apoiar novas concepções de natureza de conotação religiosa como esta — especialmente quando consideramos a cultura pluralista da sociedade mundial — a fim de promover uma via menos consumidora de recursos naturais na modernidade.

Uma fé na Criação, que mostre, com modéstia e humildade, os limites do ser humano, tem forte efeito corretivo sobre várias interpretações do conceito de sustentabilidade que a entendem como utopia norteadora do que seria uma gestão eco-social e econômica global do século 21. Muitas vezes, o conhecimento ecológico relacionado à sustentabilidade serve tão somente para aumentar a pretensão de controle da natureza ao invés de questionar de forma crítica as condições ético-políticas e culturais do domínio deste conhecimento no longo prazo. Sem a dimensão profunda da Antropologia e da Filosofia Natural, o discurso da sustentabilidade permanece acrítico e frequentemente degenera para um mero discurso de adaptação. Muito do que hoje se discute sob o rótulo da “geo-engenharia” não é apenas extremamente arriscado, mas pode levar à prática de abusos. Na visão de todas as religiões do mundo, a capacidade de assumir responsabilidades presume a imposição de autolimitações inteligentes.

As dificuldades mentais do ser humano para desviar-se do modelo de crescimento irrestrito também têm causas teológicas. O homem tem a necessidade de vislumbrar um horizonte aberto que preencha a vida de sentido. Atualmente, muitos já não conseguem obter esta visão através das concepções

de transcendência das religiões – sejam elas quais forem – fazendo com que projetem seu horizonte futuro vislumbrando um espaço com infinitas possibilidades. Daí que o “princípio esperança” possui também uma função psicossocial muito profunda e dificilmente pode ser removido, mesmo com toda argumentação cognitiva.

A certeza dos limites da capacidade humana de dirigir processos históricos complexos pode levar à resignação. A linguagem religiosa expressa isto através de metáforas: “O futuro está nas mãos de Deus”. Tal atitude de confiança em Deus precisa ser diferenciada da passividade e seria mais bem caracterizada como “expectativa vigilante”. A fé cristã poderá exercer uma função substancial na promoção de atitudes de resignação vigilante, fundamentais para a viabilização da sustentabilidade.

Muitas vezes, no entanto, o discurso ambiental refere-se ao que resta do ideário religioso de maneira desfavorável. Usa as religiões para fundamentar repreensões morais e justificar temores apocalípticos. É fato que este tipo de imagem acompanha perfeitamente a cultura mediática atual onde apenas as notícias negativas merecem destaque, mas, na verdade, contradiz o impulso cristão fundamental do Evangelho, ou seja, da Boa Nova, que recomenda distância crítica tanto das profecias do otimismo progressista contemporâneo quanto de suas versões apocalípticas. O delicado equilíbrio aí contido é elemento decisivo do conceito de sustentabilidade. A fé cristã pode ser a fonte de onde brota a confiança no sentido e nas possibilidades de construção do futuro sem submeter-se às utopias proféticas do otimismo progressista.

Para Carlowitz, autor do termo, a sustentabilidade é uma atitude mental descrita por ele como respeito pela Criação bem como coparticipação na sua força criativa.